

Entidades convocam a sociedade para um pacto pelo Saneamento no Brasil



Liderados pela ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, órgãos representativos do setor de abastecimento e saneamento básico refutam texto-base para novo marco legal do saneamento. O setor acredita que propostas do Congresso comprometem os serviços para municípios mais pobres. [Página 4](#)

Associado, mande notícias de sua empresa para o Informativo SINDILURB NOTÍCIAS

sindilurb@fiemg.com.br



QUANTUM ENGENHARIA

Há seis anos no mercado, dedicados à limpeza pública, a Quantum Engenharia revela os desafios de operar em cidades históricas e turísticas, como Ouro Preto, que é vitrine para todo Brasil. [PÁGINA 3](#)





EDITORIAL

Água e saneamento para todos

Nesta primeira edição de 2020, o SINDILURB Notícias traz, para o leitor associado e público geral, muitas novidades sobre o setor de limpeza pública e sobre o andamento de questões afins, relacionadas à gestão de resíduos, da água e de saneamento.

Esses setores, que sabemos bem, convivem com a dificuldade dos estados e municípios de manterem os serviços em conformidade com a legislação e políticas nacionais, que determinam e regulam o funcionamento de nossas atividades.

Destacamos o lançamento do Sistema Nacional de Informações sobre Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR, pelo Ministério do Meio Ambiente, que estipulou prazos para os municípios declararem uma série de informações relativas à gestão de resíduos. A proposta é sistematizar essas informações e fornecer para o setor e para a sociedade um panorama que pode nortear a criação de novas políticas públicas, bem como, fornecer informações valiosas para as empresas da área.

Apresentamos, também, uma breve trajetória da empresa Quantum Engenharia e os desafios da coleta e limpeza na cidade histórica de Ouro Preto. E encerramos nossa edição com a entrevista do Presidente da Seção Mineira da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, Rogério Siqueira, que discutiu o imbróglia referente ao novo texto-base do Marco Legal do Saneamento. A questão se arrasta há mais de dois anos. Enquanto o congresso tenta alterar a lei, as entidades representativas do setor alertam para prejuízos quanto aos serviços de abastecimento e saneamento para os pequenos municípios, que representam mais da metade das cidades brasileiras.

Boa leitura!



Marcos Vinícius Rocha Savoi, presidente

Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR, sai finalmente do papel

Ferramenta pretende fornecer à sociedade o diagnóstico da situação dos resíduos sólidos no País

Um dos instrumentos propostos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), finalmente saiu do papel.

A norma determinou prazo para envio dos dados referentes ao ano de 2018, até 31 de dezembro de 2019, e encerra em 30 de abril o prazo para envio das informações referentes a 2019.

Por meio do SINIR, os municípios e estados deverão informar diagnósticos, soluções compartilhadas, custos, áreas favoráveis para destinação final, passivo ambiental, zonas favoráveis para criação de unidade de tratamento, áreas degradadas, o fluxo dos resíduos, áreas para estudo, com fins de incentivar a gestão regionalizada de resíduos sólidos.

Para a advogada especialista em gestão ambiental, Iris Zimmer Manor, existe uma dificuldade de sistematização de informação sobre gestão de resíduos no país, problema que o sistema visa solucionar. "Todos os entes federativos têm, cada um na sua esfera de competência, a obrigação de manter esse sistema. Para os municípios, como estão mais diretamente relacionados com a coleta e com a limpeza, os desafios são maiores porque eles convivem com a escassez de recursos para a gestão. Então o sistema veio com uma ferramenta para trazer mais acesso de informação, não só para a União divulgar esses dados, mas para impulsionar a melhoria da gestão dessas políticas de resíduos", explica Zimmer.

Antes do novo sistema, os dados sobre limpeza pública e gestão de resíduos eram sistematizados por meio do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) – e divulgados no Painel de Resíduos Sólidos, do Ministério do Meio Ambiente. O SNIS é o último índice de levantamento de informações e atualmente é a base mais atualizada disponível. A ideia é integrar os dados do SNIS com as informações do cadastro nacional de operadores de resíduos perigosos, ao cadastro técnico-federal das empresas que exercem atividades potencialmente poluidoras, da coordenação do Ibama, e integrar todas essas informações, com dados sistematizados. Inclui, ainda, informações de logística reversa, que são importantes, inclusive, para os municípios.



Iris Zimmer Manor, advogada e colunista da Revista Limpeza Pública da ABLP - Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública

“

O sistema pretende ser útil, também, para empresas que operam no setor de limpeza pública a identificarem demandas crescentes e novos mercados para o serviço.

Por enquanto, durante a fase de implantação, o SINIR é acessado apenas pelos estados e municípios. Mas o que se espera é que existam ofertas de serviços na segunda fase, com o amadurecimento do sistema e quando forem divulgados balanços com relação ao cumprimento do prazo referente a 2018, que se encerrou em 31 de dezembro.

“É um coisa muito nova ainda. Na própria lei, o sistema é dado como um instrumento para fornecer indicadores e dados estatísticos, para facilitar a fiscalização pelos entes federados e, também, avaliar a eficiência da gestão. Mas, com certeza, esses dados devem ser divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente”, analisa a advogada.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, até 2017 apenas 40% dos municípios mineiros possuíam um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, conforme estabelecido pela Lei 12.305 de 2010. Apenas 247, dos 853 municípios mineiros. Cerca de 150 participam de consórcio intermunicipal para gestão e manejo de resíduos. No total, 87% da população mineira é atendida por serviços de coleta.

EXPEDIENTE

SINDILURB NOTÍCIAS

DIRETORIA DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE COLETA, LIMPEZA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE MINAS GERAIS – SINDILURB/MG

sindilurb.mg
 sindilurb.mg
 www.sindilurb.com.br

TRIÊNIO 2017/2020

Rua do Ouro, 33, sala 502, 5º Andar - Serra - Belo Horizonte/MG

PRESIDENTE: MARCOS VINÍCIUS ROCHA SAVOI

VICE-PRESIDENTE: RENATO FERREIRA MALTA

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: MAURÍCIO SIGAUD FERREIRA

DIRETOR DE EXPANSÃO E MERCADO: ROGÉRIO FERREIRA MALTA

DIRETOR DE RELAÇÕES TRABALHISTAS: JANILTON SANTOS MACHADO

DIRETOR TÉCNICO: JOSÉ ZICA PIMENTEL

DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE: GILSON ALMEIDA VILELA

DIRETOR DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS: WILLY MARTINS CARNEIRO JUNIOR

DIRETORES ADJUNTOS: PEDRO WALTER RESENDE DE CARVALHO E ROBSON GERALDO DE FIGUEIREDO

CONSELHO FISCAL: ARTHUR ALVES DE BRITO, IZAURO VAZ CUSTÓDIO E PAULO MÁRCIO DOS SANTOS MAIA

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: DANIEL RIBEIRO, ALBERTO MAGNO ROCHA FILHO E RAPHAEL RENNÓ GOES

DELEGADOS EFETIVOS JUNTO A FIEMG: MARCOS VINÍCIUS ROCHA SAVOI E MAURÍCIO SIGAUD FERREIRA

DELEGADOS SUPLENTE JUNTO A FIEMG: ALEXANDRE FERREIRA BRAGA E PEDRO HENRIQUE VIEIRA SAVOI

TIRAGEM DO INFORMATIVO: 1000 EXEMPLARES

PRODUZIDO PELA: ARTICULAÇÃO COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA - Tel.: (31) 3594-4490

Quantum Engenharia: cuidando do meio ambiente no berço da Inconfidência

Empresa revela os desafios de cuidar da turística Ouro Preto e distritos

Há seis anos em operação, a Quantum Engenharia passou a atuar no mercado de limpeza pública desde 2017, quando começou a atender a cidade histórica de Ouro Preto. O caminho do crescimento e os valores que nortearam o sucesso do negócio se deram pela expertise técnica e administrativa do seu fundador, Marcos Savoi.

Ele uniu os conhecimentos adquiridos com a experiência de anos trabalhando no setor, para fundar a empresa em 2014, na época voltada mais para a área de consultoria. Hoje, com cerca de 350 colaboradores, a Quantum opera também nos municípios de Caeté, Ibirité e Esmeraldas, e sem contar Ouro Preto que possui 13 distritos, entre eles: Cachoeira do Campo, São Gonçalo do Amarante, Lavras Novas e Santa Rita de Ouro Preto e obras de construção civil em outros municípios.

Sobre o serviço de excelência prestado em Ouro Preto, Pedro Savoi, um dos sócios da empresa, explica que, por ser uma região histórica e turística, com muitos eventos culturais e religiosos, manter a cidade limpa e atraente é um desafio e tanto, comparado a outras cidades. “Existe uma preocupação, um cuidado a mais. Ouro Preto é uma das cidades mais difíceis de Minas Gerais para a limpeza urbana e exige uma atenção especial. Em várias ruas não é permitida a circulação de caminhões. A cidade tem território aproximadamente quatro vezes maior a área de Belo Horizonte, com distritos a cerca de cem quilômetros entre si. E, por ser turística e muito visitada por pessoas de todo o país e do mundo, temos que tratá-la com um carinho diferenciado. É uma vitrine de Minas Gerais para o mundo. Para isso, investimos muito em treinamento dos funcionários e qualidade do tratamento com a cidade, os cidadãos e turistas”, explica Pedro Savoi.

Relativamente nova, a empresa aposta no planejamento, visando as oportunidades que o setor oferece. “Nosso planejamento gira em torno das oportunidades que vão surgindo com a licitações públicas, que estamos sempre participando, pois temos qualidade técnica e capacidade própria que permitem que tenhamos o crescimento sustentável, possibilitando a uma previsão otimista para o futuro da empresa”, destaca o diretor da empresa.

Assim como todo o mercado, a Quantum é também afetada com a dificuldade financeira



Quantum realiza limpeza do tapete de serragem após as comemorações da Semana Santa



Investimento: nova frota, com mais de 20 caminhões, garante serviço de qualidade

dos municípios. “Existe um travamento de crescimento do setor, diretamente ligado à capacidade financeira das prefeituras, que estão muito comprometidas, passando por muitas dificuldades. Mas acreditamos que com a retomada da capacidade financeira das administrações municipais este setor vai crescer bastante”, conclui Pedro.

Para driblar as dificuldades do mercado da limpeza pública e, visando ao seu crescimento, novas possibilidades de ação estão sendo estudadas com bastante planejamento, para o futuro da empresa.

A empresa passou a se nortear pelos princípios do associativismo desde que se integrou ao SINDILURB, entidade que representa as empresas do setor no Estado de Minas Gerais.

Para Marcos Savoi, que também é presidente SINDILURB, a experiência à frente da entidade só reforça a visão que ele sempre teve de que é por meio da união, diálogo e parcerias, que se busca o crescimento. Os princípios do associativismo, mantendo a preocupação com o mercado como um todo, foram sempre seguidos na empresa. “É um aprendizado constante junto ao Sindicato, onde mantemos um relacionamento próximo a várias empresas e as entidades que regem o setor, além dos governos e autoridades representativas da nossa área. Tudo isso influencia positivamente o nosso trabalho, que ainda envolve preocupações diversas, seja com o meio ambiente, com as boas práticas de gestão, jurídicas, em análise de riscos, compliance, treinamentos; e isso faz toda a diferença para as associadas”.



ABES reúne propostas para universalização do saneamento

ROGÉRIO SIQUEIRA - Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES - Seção Minas Gerais

O setor de saneamento e abastecimento de água em todo o país vem passando, nos últimos anos, por uma batalha entre o governo federal e as entidades representativas que operam no setor. Após a derrubada de duas Medidas Provisórias (MPs 844 e 868) e seis projetos de lei que alteravam pontos-chaves do Marco Legal, as entidades se mobilizaram para a construção de um novo pacto pelo saneamento no Brasil.

Entre elas, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, liderou as discussões para reverter o problema e resguardar o direito do acesso ao saneamento e à água, previstos na Constituição Federal.

O texto-base para o novo marco legal foi aprovado pela Câmara em 11 de dezembro de 2019 e volta para o Senado, antes da sanção da Presidência. O presidente da ABES, Seção de Minas Gerais, Rogério Pena Siqueira, fala ao jornal do SINDILURB sobre os principais pontos dessa discussão.

1 - As tentativas de intervenções do governo anterior com medidas provisórias para o Marco Legal do saneamento no Brasil sofreram muita pressão das entidades representativas do setor, incluindo a ABES, por conta das mudanças propostas, dentre elas, no subsídio cruzado, que impossibilitaria os municípios com menos recursos terem acesso aos serviços. Em que pé estão as discussões e qual a postura do governo atual com relação ao Marco Legal ?

A postura do governo atual é idêntica à do governo anterior. Foi aprovado o PL em dois turnos na Câmara Federal, e agora entra no Senado para votação em 2 turnos. Além das dificuldades dos pequenos municípios em relação ao equilíbrio econômico, o PL ataca a autonomia desses municípios ao obrigá-los a se reunirem em consórcios. Poderá haver questionamentos no sentido da constitucionalidade do assunto.

2 - Como funciona esse subsídio cruzado?

A tarifa das empresas estaduais é única no estado todo. Então, nos municípios onde o sistema é deficitário (dá prejuízo), o cidadão paga a mesma tarifa. Se este município for gerir o sistema sozinho, sem o subsídio cruzado, certamente a população irá pagar mais para manter os serviços de saneamento.

3 - Em Minas Gerais quantos municípios seriam prejudicados?

A COPASA atende mais de 629 municípios, mas a lei atinge a todos os municípios mineiros, visto que ela regula todo o saneamento no Brasil.



Rogério Siqueira, presidente da ABES, Seção de Minas Gerais



O que se defende é a universalização, ou seja, que todo cidadão tenha reconhecido o direito constitucional ao saneamento e à água, que aliás esta (água) é um direito humano, reconhecido pela ONU.

4 - Quantos municípios mineiros possuem saneamento e abastecimento de água adequados?

Pouco mais da metade dos municípios mineiros tem saneamento adequado, porém, o que se defende é a universalização, ou seja, que todo cidadão tenha reconhecido o direito constitucional ao saneamento e à água, que aliás esta (água) é um direito humano, reconhecido pela ONU.

5 - Quais são as possíveis saídas para universalização do saneamento básico no Brasil?

A parceria entre todos os setores, público, privado e sociedade civil em geral é a solução para a universalização. Os investimentos privados, sejam nacionais ou estrangeiros, desde que bem regulados, visto ser um serviços de concessão, juntamente com a expertise técnica nacional e social, já que quem conhece nossa sociedade somos nós e a questão cultural influencia em todos

os níveis de políticas públicas. Há um axioma aí, porque dinheiro existe e não falta, o que falta é uma organização política, técnica e econômica. É uma equação sensível mas possível. Muitos países já chegaram lá. A Europa toda já chegou lá. O Brasil tem capacidade técnica e econômica para resolver esta equação. Falta capacidade política desprendida de interesses particulares e pensada nas pessoas para resolver o problema.

6 - Sobre o texto-base do novo marco legal do saneamento básico brasileiro, aprovado em dezembro, quais pontos a ABES está de acordo?

Estamos de acordo que precisamos melhorar a regulação, para absorver investimentos com regras definidas e com segurança para todos: quem presta o serviço e principalmente quem recebe o serviço, garantindo sua qualidade e modicidade, para que o acesso não seja restringido por questões econômicas, visto que temos uma distribuição de renda muito imperfeita para que todos possam pagar igual.

7 - Quais outras resistências o novo marco legal vem encontrando? Há resistências dos estados e dos municípios?

Sim. Os municípios estão sendo muito afetados pois a lei faz determinações que ferem sua autonomia. E os estados estão sem condições de investimento e têm se posicionado no imediatismo, tentando convencer suas assembleias legislativas que saneamento é patrimônio e capital, o que é um contra-senso já que, sem a continuidade dos contratos de programa, as empresas públicas estatais de saneamento perdem totalmente seu valor.

8 - A ABES promoverá em Belo Horizonte o 14º Seminário Nacional de Resíduos Sólidos, de 23 a 25 de junho de 2020. Quais novidades e expectativas para esse novo evento em Minas?

Gostaria de aproveitar e convidar o SINDILURB e as empresas que tratam deste tema, que é um dos temas mais importantes da questão de saneamento no Brasil, já que temos tudo por fazer nesta área, seja em incremento tecnológico à gestão pública e de logística e tratamento de resíduos. Será uma grande oportunidade que a ABES traz a Minas Gerais para mostrar o que há de mais novo e mais funcional e produtivo neste mercado. Haverá apresentação de trabalhos de todo o Brasil dos maiores conhecedores do assunto. É hora de fazer uma reflexão dos avanços e oportunidades que teremos no setor a partir dos 10 anos de publicação da lei nacional de resíduos sólidos.